

Os Constituintes Inarticulados de John Perry

(John Perry's Unarticulated Constituents)

Alessio Gava¹

¹Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte MG

alessiogava@yahoo.it

Abstract. *John Perry endorses the theses that, when we interpret a sentence, the mere linguistic meaning usually does not suffice to completely determine its truth conditions. Some sentences admit different interpretations depending on the context of use and the difference rests on an aspect that has no linguistic counterpart. According to Perry, a proposition is constituted both by articulated constituents, representing the semantic value of the elements of the so-called logical form of the sentence, and by (possible) unarticulated constituents, directly provided by the context of use. The truth conditions of a sentence can therefore only be determined at the cognitive (post-semantic) context level. The semantic context does not suffice.*

Keywords: *John Perry; unarticulated constituents; logical form; contextualism; minimalism.*

Resumo. *John Perry endossa a tese de que, na maioria dos casos em que interpretamos um enunciado, o significado linguístico por si só não é suficiente para determinar completamente as condições de verdade do mesmo. Há enunciados que admitem diferentes interpretações dependendo do contexto de uso e a diferença reside em um aspecto que não tem nenhum correspondente linguístico. Segundo Perry, com efeito, a proposição é constituída tanto por constituintes articulados, que representam o valor semântico de elementos da chamada forma lógica da sentença, quanto de (eventuais) constituintes inarticulados, diretamente fornecidos pelo contexto de uso. Assim, as condições de verdade de um enunciado só podem ser definidas no nível do contexto cognitivo (pós-semântico) e não bastaria o contexto semântico.*

Palavras-chave: *John Perry; constituintes inarticulados; forma lógica; contextualismo; minimalismo.*

No artigo “Thought without Representation” (1986), John Perry defende a possibilidade de se haver ou adquirir informação acerca de algo sem necessidade de ter uma representação de tal coisa. A projeção desse fato no plano linguístico corresponde à possibilidade de falar de alguma coisa sem designá-la, em outras palavras, à possibilidade que uma dada sentença S diga respeito a algo não articulado na estrutura sintática de S, sendo a sentença acerca de elementos que, ao invés, encontram-se expressos explicitamente (articulados) em sua estrutura sintática.ⁱ

Algumas sentenças, isto é, seriam tais que afirmações feitas por meio delas concernem a constituintes inarticulados. Esses seriam, assim, elementos da proposição expressa por uma enunciação, necessários para determinar o estado de coisas que tornam tal enunciado verdadeiro, mas que não correspondem a nenhuma parte gramatical (morfema) do proferimento.ⁱⁱ

Considerando um famoso exemplo de Perry, se a frase “Está chovendo” não tivesse, na proposição por ela expressa, uma especificação do lugar onde está chovendo – além do tempo em que a ação está acontecendo, que é expresso pelo tempo presente do verbo e portanto é um constituinte articulado –, ou seja se, apesar de morfo-sintaticamente invisível, o lugar ‘da ação’ não fosse um elemento que o contexto fornece para as condições de verdade do enunciado, a frase seria banalmente verdadeira – porque em algum lugar do mundo certamente está chovendo – e, portanto, não informativa.ⁱⁱⁱ

Assim, se o Aldo vai para o quarto e fala para sua esposa “Está chovendo”, ela certamente vai interpretar essa afirmação como veiculando a proposição “Está chovendo agora (às nove e meia do dia 16 de outubro de 2011) em Belo Horizonte” e isso possibilita a ela, além de avaliar a verdade ou a falsidade da afirmação, inferências como “O vizinho de baixo não vai poder reunir os amigos na área privativa e passaremos um domingo tranquilo” ou “O abacateiro que o Aldo plantou vai receber mais água, após tantos meses de seca, e ele vai ficar feliz”, etc. Ou seja, o proferimento da frase “Está chovendo” foi de fato informativo. Analogamente, se o Aldo acabou de falar com os pais dele pelo telefone, e sua esposa pergunta “E aí?”, uma eventual resposta “Está chovendo” seria por ela interpretada como significando “Está chovendo agora (às 13:46, horário local, do dia 16 de outubro de 2011), em Florença, na Itália” e isso também lhe permitiria inferências como “Meu sogro hoje não precisará regar as plantas dele”.

Limitando-se àquilo que é interpretado, dado o contexto de enunciação, a partir das regras sintáticas e da avaliação semântica dos (eventuais) indexicais, portanto, nem sempre é possível determinar as condições de verdade do enunciado em questão, como nesses casos. Ou, endossando a ideia que é sempre possível determinar as condições de verdade de uma sentença declarativa e que a semântica de fato espelha a sintática, *sub specie* a preservação do princípio fregeano de composicionalidade, pode-se até pensar que chegamos à proposição (‘mínima’) segundo a qual está chovendo em algum lugar do mundo no momento do proferimento da frase, mas a informação que o Aldo estava tentando veicular era outra.

Pode-se assim pensar que a semântica por si só é insuficiente para entender o significado de “Está chovendo”. Para tanto, é ao invés necessário consultar o chamado ‘contexto pós-semântico’, a saber, o conjunto de assunções compartilhadas pelos falantes. Em outras palavras, o conjunto de informações dadas por óbvias no interior do diálogo (ou do ato de comunicação), a que Perry chama de *background*, é indispensável para, em casos como esses, determinar as condições de verdade do enunciado em questão. Elas só podem ser definidas no nível do contexto cognitivo (pós-semântico) e não basta o contexto semântico.^{iv}

É essa ideia que faz de Perry um ‘contextualista’, por quanto os rótulos em filosofia sejam sempre de difícil aplicação, por privilegiar os aspectos cognitivos em detrimento daqueles semânticos.^v

Mas ele mantém uma posição moderada e parece reconhecer uma estrutura *bottom-up* na interpretação de uma sentença declarativa. Há de fato, diz Perry, três níveis de interpretação de uma sentença:

- *contexto linguístico (sintático)*: é o contexto da sintaxe e do léxico e de processos como a desambiguação;
- *contexto extralinguístico (semântico)*: aquele da relação entre as palavras e os referentes e do contexto da enunciação, que pode ser representada pelo terno <tempo, lugar, falante>;
- *contexto cognitivo, ou epistêmico-doxástico (pós-semântico)*: é o contexto do discurso, das pressuposições dos dialogantes, do *common ground*.

Essa distinção em três níveis espelha aquela entre *significado literal* (aquilo que é interpretado, a partir das regras sintáticas e lexicais, dado o contexto das partes do discurso, sem levar em conta o contexto da enunciação), ‘*aquilo que é dito*’ (ou seja, aquilo que é interpretado, dado um contexto de enunciação, a partir das regras sintáticas e da avaliação semântica dos indexicais) e ‘*aquilo que é comunicado*’ (aquilo que é interpretado, dado um contexto, a partir dos conhecimentos de *background* e de regras de conversação, como as máximas griceanas).

As chamadas *concepção semântica* e *concepção pragmática* concordam com essa distinção em três níveis. A controvérsia tem a ver com o nível onde são identificadas as condições de verdade do enunciado. Segundo a concepção pragmática, a semântica fornece interpretações normalmente incompletas, que na maioria das vezes não chegam até a consciência dos falantes. O conteúdo vericondicional das asserções, isto é, mesmo quando são proferidos enunciados não-ambíguos, sintaticamente completos e privados de expressões dêiticas, requereria um completamento de constituintes pragmáticos.

Exemplos como aqueles citados de uso de uma sentença como “Está chovendo” mostram que ha uma diferença entre o significado literal e convencional dos enunciados (aquele que se obteria como produto de uma sequência de duas avaliações, a sintática e a semântica) e aquilo que o falante quer dizer de fato (cf. Perry 2001, 48-49). É isso que levou Perry à introdução do conceito de constituintes inarticulados, que tornam explícito o contexto de referência e permitem determinar as condições de verdade intuitivas do(s) falante(s). Para conhecer as condições de verdade não basta o contexto semântico de falante-tempo-lugar da enunciação, mas serve uma ulterior especificação do contexto pós-semântico (cognitivo).

Perry endossa assim a tese, típica da chamada *pragmática vericondicional*, de que, na maioria dos casos em que interpretamos um enunciado, o significado linguístico por si só não é suficiente para determinar completamente as condições de verdade do enunciado, que portanto permanecem subdeterminadas após a fase da interpretação semântica (tese da subdeterminação semântica). Há enunciados que admitem diferentes interpretações dependendo do contexto de uso^{vi} e a diferença reside justamente em um aspecto que não tem nenhum correspondente linguístico, como no exemplo da frase “Está chovendo”. Mas de que maneira, então, tais elementos contextuais, extralinguísticos, entram a fazer parte da proposição expressa pelo enunciado? A resposta de Perry é, como vimos, que a proposição é constituída tanto por constituintes articulados, que representam o valor semântico de elementos da chamada *forma lógica* da sentença, quanto de (eventuais) constituintes

inarticulados, diretamente fornecidos pelo contexto de uso através de um processo de ‘enriquecimento livre’, assim chamado porque não controlado linguisticamente.^{vii}

Mas se a introdução, em alguns casos, de constituintes a mais nas proposições, inarticulados, impede que elas apresentem uma estrutura idêntica, componente por componente, àquela linguística dos próprios enunciados, isso deveria pelo menos garantir a manutenção de um funcionamento *bottom-up* na interpretação dos mesmos.

Por isso a solução de Perry representaria uma forma de ‘contextualismo moderado’, que reconhece o papel da semântica mas deve enfrentar questões adicionais para acomodar a maior sensibilidade ao contexto reconhecida a sentenças e expressões, enquanto o ‘contextualismo radical’ deveria privilegiar um esquema *top-down*, reconhecendo ao contexto um papel ainda mais profundo sobre o significado de uma frase (e considerando assim a semântica impossível). Cappelen e Lepore, no livro *Insensitive Semantics* (2005), afirmam que contextualistas radicais são aqueles que defendem que toda expressão é sensível ao contexto (e isso, de fato, tornaria a semântica impraticável), enquanto os contextualistas moderados limitariam-se a tentar expandir (minimamente) o chamado ‘conjunto básico’ (*Basic Set*) de expressões sensíveis ao contexto^{viii} (cf. p. 5-9). Entre esses últimos, Cappelen e Lepore incluem John Perry, com sua tese acerca dos constituintes inarticulados.

Essa faria parte, segundo os autores de *Insensitive Semantics*, de uma estratégia contextualista chamada de ‘argumentos da incompletude’ (*Incompleteness Arguments*) - ou ‘subarticulação’ -, que apelaria para algum tipo de intuição metafísica. Dada a frase “Está chovendo”, por exemplo, segundo autores como Perry não seria o caso que ‘está chovendo’ *simpliciter*. A ‘metafísica da chuva’ requereria a indicação de um lugar, mesmo não presente na gramática da sentença, para poder atribuir condições de verdade.^{ix} E portanto, não haveria uma proposição como “Está chovendo”.

A essa tese os dois autores dedicaram recentemente o artigo “The Myth of Unarticulated Constituents” (2007), no qual se afirma que os argumentos a favor da presença de constituintes inarticulados em sentenças como aquela do famoso exemplo de Perry (argumentos de Kenneth Taylor também são analisados) são, no mínimo, inconclusivos. *Contra* Perry, Cappelen e Lepore sustentam que o conteúdo semântico de “Está chovendo” é, ao invés, uma proposição ‘locacionalmente neutra’ - e o verbo *chover* tem um valor semântico neutro com relação à localização. Em geral, a proposição semanticamente expressa pelo proferimento de uma sentença S pode ser diferente da proposição *salientemente* expressa por S.

Com efeito, retomando um exemplo de Taylor de 2001, uma frase como “Nina dançou a noite passada” não pode evidentemente ser verdadeira a não ser que Nina tenha dançado em algum lugar ontem à noite. Mas inferir disso que o local onde Nina dançou é um constituinte inarticulado da proposição expressa pelo proferimento da frase citada seria uma loucura.^x Assim como pensar que a velocidade (média?) com a qual, anos atrás, dirigi de Sankt Gallen até Moirans seja um constituinte da frase “Quando morava na Suíça, fui visitar meus tios na França de carro”, mutuando outro exemplo de Taylor.

O ponto geral deveria ser óbvio: só porque uma determinada atividade necessariamente acontece em um lugar (ou com uma certa velocidade), não se segue disso que tal lugar (ou a velocidade) seja parte da proposição expressa por proferimentos de frases como [aquelas do parágrafo anterior]. Mais em geral, há inúmeros fatos que podem ser metafisicamente necessários para que uma determinada sentença seja verdadeira, mas ninguém quer introduzir constituintes inarticulados que correspondam a

todos esses fatos na proposição expressa pelo proferimento dessas sentenças. Isso criaria, potencialmente, um número indefinido de constituintes inarticulados em todas as proposições expressas por nossas enunciações. Portanto, aquele que chamamos de Argumento de Perry para que o lugar seja considerado um constituinte inarticulado da frase [“Está chovendo”] não funciona. (CAPPELEN E LEPORE, 2007, p. 203-204, tradução nossa)

Ademais, eles mostram em seguida, existem sentenças a partir das quais se chega à proposição, locacionalmente neutra, *que está chovendo (no momento t)*. Não há nada como ‘um lugar de argumento’ para a localização, na ‘estrutura subatômica’ do verbo *chover*, e que provoque um ‘senso de incompletude’, dizem os dois autores respondendo à interpretação (ou à elaboração) que Taylor fornece para o argumento de Perry. É verdade que, normalmente, quem escuta a frase “Está chovendo” procura entender onde isso está acontecendo, mas isso se explica de maneira mais simples do que postulando que exista algo como a estrutura subatômica de uma expressão. Segundo Cappelen e Lepore, nosso interesse pela chuva é, quase sempre, *locacionalmente direcionado*, pelas consequências que disso se seguem. É simplesmente isso que pode provocar esse ‘senso de incompletude’. Mas não invariavelmente, tanto que pode muito bem existir a proposição *que está chovendo* (locacionalmente neutra).^{xi}

Até com relação à frase “Está chovendo”, portanto, pode-se dizer que a proposição relativa é locacionalmente neutra e deve ser distinta, se for o caso, daquela *salientemente* expressa pelo proferimento da frase. Mas essa última já não diz nada respeito à semântica e não ajuda na determinação da proposição *semanticamente* expressa.^{xii} Deveria-se assim abandonar a ideia segundo a qual uma teoria semântica deveria explicar ou ‘capturar’ nossas intuições acerca das intenções do falante no proferimento de uma dada sentença.^{xiii}

Em *Insensitive Semantics*, Cappelen e Lepore já tinham afirmado que os contextualistas que se utilizam de argumentos de incompletude estariam confusos com respeito à relação entre semântica e metafísica. Em se tratando de argumentos metafísicos, nada dizem respeito à linguagem e, mesmo que fossem bons, em nada afetariam a avaliação semântica das sentenças (cf. 2005a, 11 e 33-39).

Há dois tipos de argumentos ‘básicos’ em favor do contextualismo, tanto em sua forma radical quanto na moderada, dizem os dois autores. Um seria aquele que acabamos de citar, de incompletude, o outro seria constituído pelos ‘argumentos de mudança de contexto’ (*Context Shifting Arguments*), segundo os quais ‘aquilo que é dito’ através do proferimento de uma sentença varia de acordo com a variação do contexto de enunciação (tese da subdeterminação). A tese dos constituintes inarticulados de John Perry entraria a fazer parte também desse tipo de argumentos, pela teoria de Perry e Crimmins segundo a qual relatos de crenças são sensíveis ao contexto. Relatos de crenças têm ‘noções’ como constituintes inarticulados e esses variariam dependendo daquilo que é contextualmente saliente (cf. 2005a, 22-24). Mas, segundo Cappelen e Lepore, os argumentos de mudança de contexto (em geral) sofrem do tipo de erro de que sofre em geral toda literatura contextualista: para poder realizar esse tipo de experimento de pensamento, o teórico deve colocar-se em um contexto particular. Não considerar isso seria como querer medir a velocidade de um objeto sem levar em conta a própria velocidade (cf. p. 10). Simplesmente, não é possível (ou não dá certo).

O uso dos argumentos de mudança de contexto em sua forma ‘moderada’ leva à chamada *Mistaken Assumption* de que uma teoria semântica seria adequada somente se desse conta das intuições dos falantes acerca do conteúdo do ato de fala (cf. p. 53). Mas, os dois autores sustentam, tanto essa assunção – para a qual vale a resposta exposta anteriormente, que se encontra no artigo de 2007 – quanto qualquer outro argumento que deveria ser

identificável com uma forma moderada de contextualismo (e John Perry está incluído nisso) leva inevitavelmente a endossar o contextualismo radical.^{xiv} Não existem duas formas de contextualismo, existe o contextualismo (radical).

Mas esse representa uma teoria não somente empiricamente inadequada,^{xv} quanto incoerente (tornando, entre outras coisas, a comunicação impossível) e deve ser abandonada. Melhor então, defendem Cappelen e Lepore, manter uma visão simples e *naive* acerca da semântica, de que ela é *insensível* ao contexto, a não ser por poquíssimas expressões – os *indexicais* – como ‘eu’, ‘você’, ‘agora’, etc., que podem ser encontradas no chamado *Basic Set* introduzido por David Kaplan em 1989. Essa tese, chamada por eles de *minimalismo semântico*, considera que as únicas expressões sensíveis ao contexto são aquelas mencionadas acima, não somente por serem obviamente sensíveis ao contexto mas também porque (somente elas) superam testes específicos de sensibilidade contextual. Disso se segue que toda sensibilidade *semântica* ao contexto é desencadeada gramaticalmente, isto é, pela sintaxe ou pela morfologia, mas isso exaure todo e qualquer efeito do contexto sobre a proposição semanticamente expressa. Portanto, o conteúdo semântico de uma sentença S corresponde à proposição que todo proferimento de S expressa (cf. 2005a, 2-3).

Ao minimalismo semântico está associado o *Speech Act Pluralism*, a tese segundo a qual a enunciação de uma sentença pode veicular inúmeras proposições diferentes (entre elas, a proposição semântica), dependendo não somente do contexto e/ou das intenções do falante, mas também de quem escuta e interpreta o enunciado. A conexão, se é que há uma, entre essas proposições e a proposição semanticamente expressa, é muito fraca. Ademais, uma proposição veiculada pelo proferimento de uma dada sentença pode até ser incompatível com aquela semanticamente expressa (cf. 2005b, 208). Não há, enfim, nenhum efeito contextual sobre a semântica de uma sentença.

Como explicar, então, a compreensão, por parte de quem escuta, daquilo que o falante queria de fato dizer através do uso de uma determinada sentença, considerando que na maioria das vezes isso difere daquilo que é semanticamente expresso? “Para se chegar a entender aquilo que é dito – afirma Emma Borg – muita informação independente da linguagem deve ser juntada; apesar de nós *começarmos* com uma compreensão do significado das palavras e suas combinações, avançamos quase automaticamente para a determinação daquilo que tal significado literal significa no contexto corrente e no uso do falante. O significado literal pode ser enriquecido, alterado, rejeitado ou refinado à luz do conhecimento não-semântico do agente.” Mas, “apesar de existir uma função que leva da sentença produzida e do contexto de proferimento, dado nosso *background* comum, até a proposição comunicada, tudo que podemos oferecer é uma definição funcional dessa operação em termos de input e output.” (2005, 254-255, tradução nossa)

É importante, para os defensores da posição minimalista, distinguir entre *ato locucionário* e *ato ilocucionário*, entre a tarefa própria da semântica e os mecanismos não-semânticos (pragmáticos), para explicar a comunicação linguística. A semântica explica alguns aspectos da compreensão linguística, mas isso é somente um dos elementos que contribuem para a compreensão do ato de comunicação. O resto é tarefa da pragmática. Melhor considerar, diz Emma Borg, que a proposição enriquecida por informação contextual adicional é o fruto de mecanismos (pragmáticos) de *implicitura*, (cf. 2005, 256) que pensar que a semântica deveria dar conta de todos os processos que levam até tal proposição ‘máxima’.^{xvi} O ponto disso parece ser o reconhecimento do papel desenvolvido pela ‘proposição mínima’ como desencadeadora de processos sub-pessoais *necessários* para passar do conteúdo semântico da sentença para a proposição veiculada pelo seu proferimento, *contra*

quem nega qualquer papel psicológico à proposição semanticamente expressa^{xvii} (por exemplo Recanati e os ‘teóricos da relevância’).

O minimalismo, enfim, “encontra uma importante motivação no fato que ele oferece uma maneira muito simples de preservar a composicionalidade, o que permite tanto o desenvolvimento de uma semântica formal vericondicional para a linguagem natural, quanto um relato convincente (*appealing*) da habilidade do falante de produzir e compreender um número potencialmente infinito de sentenças com base em um número finito de recursos.” (Gariazzo 2011, 100-101, tradução nossa)

Endossando a posição minimalista, porém, diz Jason Stanley no livro *Language in Context* (2007), a semântica seria reduzida a um mero acessório da pragmática, a qual atribuir-se-ia quase todo o trabalho de interpretação do ato linguístico, sem contar que o conceito de ‘proposição mínima’ corre o risco de parecer um absurdo e/ou explicar fenômenos que, de fato, não acontecem na realidade (cf. p. 10-13). Reconhecendo que o contexto extralinguístico interfere na semântica em medida maior do que aquilo que Cappelen e Lepore e Emma Borg estão dispostos a admitir, ao invés, mesmo mantendo uma visão muito conservadora daquilo que é a semântica, Stanley considera possível chegar às condições de verdade ‘efetivas’ de um enunciado, através de processos de interpretação puramente semânticos.

Uma semântica vericondicional, isto é, pode dar conta da distância que existe entre a gramática e aquilo que é veiculado. Para tanto, porém, não é suficiente levar em conta o significado e a posição gramatical das palavras de uma sentença para explicar de que maneira uma enunciação da mesma tem determinadas condições de verdade intuitivas, porque essas características subdeterminam tais condições de verdade. Fatos acerca do contexto extralinguístico devem ser levados em conta para apreender o conteúdo das palavras e eliminar a subdeterminação. Se preserva o princípio de composicionalidade, portanto, e com isso se defende a semântica formal, postulando que a relação entre o proferimento de uma sentença e suas condições de verdade intuitivas envolve uma sentença cuja estrutura é mais complexa do que aparece em superfície. Dessa maneira, atribui-se à semântica a tarefa de responder a fatos acerca das intuições do falante pelo que diz respeito às condições de verdade do proferimento.

Contudo, o único processo semântico é a saturação dos dêiticos, ou seja, a determinação da referência das expressões sensíveis ao contexto. Stanley, porém, permite que expressões desse tipo estejam presentes na *forma lógica* da frase, apesar de não ser encontrados em sua forma superficial. A forma lógica seria, assim, a ‘verdadeira estrutura’ da sentença, que pode diferir de maneira importante da estrutura superficial (gramatical) da sentença. É essa o objeto primário de interpretação semântica, que resulta nas condições de verdade ‘efetivas’ do proferimento. Mas, diz Stanley, o efeito do contexto sobre as condições de verdade limita-se a resolver ambiguidades e fornecer um valor para os consituintes da forma lógica das sentenças proferidas. Não há motivo para se pensar que o contexto desempenhe qualquer papel vericondicional além da resolução da indexicalidade. Essa deve, portanto, ser entendida em sentido amplo: um indexical no sentido amplo é, segundo Stanley, qualquer parâmetro contextual, isto é, qualquer expressão primitiva cuja denotação é inteiramente fornecida pelo contexto (cf. p. 37-38). Por isso Claudia Bianchi julga que o *indexicalismo*, como é conhecida a posição de Stanley, pode ser considerada uma variante liberal do minimalismo, que preserva sua tese central, segundo a qual o único processo semântico é a saturação dos indexicais, mas aporta as modificações descritas (cf. s.d., 5). Já

Cappelen e Lepore consideram que, por querer expandir o *Basic Set*, Stanley é um contextualista moderado.

Para defender a tese de que o processo de interpretação semântica, descrito pelas atuais teorias semânticas, é suficiente para determinar as condições de verdade dos enunciados, Stanley examina exemplos fornecidos pelos defensores da pragmática vericondicional e mostra que eles não provam a inadequação da semântica. Particularmente, contra Perry e os outros autores que postulam a existência dos constituintes inarticulados, Stanley afirma que, nos casos utilizados para corroborar a tese da existência desses elementos supostamente fornecidos pelo contexto para as condições de verdade da enunciação, sempre há duas possíveis leituras da frase, uma das quais não é permitida segundo uma análise em termos de constituintes inarticulados, que portanto é incorreta. O passo seguinte é mostrar que, ao invés, há uma variável na forma lógica da sentença proferida, cujo valor é o constituinte fornecido contextualmente. Disso depreender-se-ia que a análise correta é aquela de Stanley e dos indexicalistas e não aquela proposta por Perry.

Com relação ao clássico exemplo da frase “Está chovendo”, Stanley reconhece que a postulação de um constituinte inarticulado para a determinação do lugar ao qual o enunciado diz respeito se deve à maior plausibilidade de fornecer tal lugar diretamente às condições de verdade de uma enunciação da frase, sem a mediação de uma variável (que estaria presente na forma lógica). Mas se, nesse caso, a ‘solução’ de Perry parece viável, há exemplos que parecem colocar em xeque a tese dos constituintes inarticulados.

Consideremos a frase “Toda vez que John acende um cigarro, chove”; a interpretação ‘natural’ dela parece ser (a proposição) “Toda vez que John acende um cigarro, chove no lugar onde John se encontra”. Todavia, afirma Stanley, essa interpretação não é permitida por uma análise em termos de constituintes inarticulados, que só permite, ao invés, uma leitura segundo a qual o lugar onde chove é aquele do proferimento da frase. Com efeito, se o lugar (onde chove) fosse de fato um constituinte inarticulado, evidentemente não seria o correspondente de nenhum elemento na sentença proferida. Por conseguinte, não deveriam existir leituras da construção linguística nas quais o constituinte inarticulado varia com o valor introduzido por operadores presentes na sentença, porque esses últimos só podem interagir com variáveis presentes na sentença – segundo aquele que Stanley chama de *Binding Argument*. Assim sendo, a interpretação do (suposto) constituinte inarticulado não pode ser controlada por operadores na sentença e uma ‘vinculação’ da interpretação do lugar relevante não resulta possível.

Nessa situação, ao invés, deveriam – obviamente – ser permitidas tanto uma leitura livre quanto uma vinculada. O mesmo acontece no caso dos pronomes, para os quais tanto uma interpretação contextual (livre) quanto uma interpretação anafórica (vinculada) parecem possíveis, mas, novamente, uma análise em termos de constituintes inarticulados só permite a primeira – como no caso da frase “Emma Borg casou com o homem que ela gostava”, para a qual uma análise *à la Perry* parece permitir somente a interpretação contextual.

Com relação à sentença “Está chovendo”, a única maneira de derivar as duas leituras, diz Stanley, é postulando a existência de uma variável ‘oculta’, não detectável na estrutura superficial da mesma, mas presente em sua forma lógica. O valor semântico de tal variável deve ser o constituinte que corresponde ao lugar onde chove. A ‘verdadeira estrutura’ da frase em questão não será, portanto, $\llbracket \text{Está chovendo} \rrbracket$, como proposto por Perry, e sim $\llbracket \text{Está chovendo} \rrbracket$. No nível da forma lógica, assim, segundo Stanley, existe um índice para um lugar que é fornecido contextualmente.^{xviii} Já que as variáveis podem ser tanto livres quanto vinculadas, a dupla leitura da frase é permitida pela assunção de que o lugar seja uma

variável oculta na forma lógica do enunciado. Algo parecido resolve o caso da frase “Emma Borg casou com o homem que ela gostava” e, em geral, dos exemplos que foram utilizados para tentar demonstrar a suposta necessidade de postular a existência dos constituintes inarticulados.

Resumindo, a estratégia de Stanley, contra a tese dos constituintes inarticulados, é mostrar que em todos esses casos há duas leituras possíveis da frase, uma na qual o suposto constituinte inarticulado da proposição é determinado contextualmente e outra na qual tal constituinte varia por causa da presença de um quantificador. Essa variação, causada pelo quantificador, só se explica se existe, no interior da estrutura sintática do enunciado em questão, uma variável cujo valor semântico é o suposto constituinte inarticulado. Logo, o suposto constituinte inarticulado da proposição expressa pelo enunciado é, na verdade, articulado na forma lógica daquele enunciado.^{xix} Assim se ‘salva’ o princípio de composicionalidade e se defende uma semântica (formal) vericondicional de maneira mais eficaz do que aquela proposta pelos minimalistas.

O presente trabalho abordou o debate acerca dos constituintes inarticulados de forma necessariamente parcial, porque, sendo parte do mais amplo debate entre minimalismo e contextualismo, as posições teóricas e as abordagens alternativas são muitas e dificilmente um único trabalho poderia ilustrar e analisar todas elas de forma exaustiva e satisfatória. Optamos portanto por apresentar, além da proposta de John Perry de que existiriam casos em que, para avaliar as condições de verdade de uma proposição, seria necessário levar em conta a presença daqueles que ele chama de constituintes inarticulados, as duas abordagens que mais parecem ser motivadas por uma preocupação de salvaguardar a chamada semântica formal e que, por essa razão, rejeitam peremptoriamente a possibilidade que existam elementos não expressos em um enunciado, nem explicitamente nem implicitamente, mas necessários para avaliar a proposição relativa.

Objetivo da semântica vericondicional, com efeito, é aquele de especificar as condições de verdade dos enunciados admitindo uma dependência composicional do significado complexo a partir do significado das partes. Assim, o princípio de composicionalidade postula um substancial isomorfismo entre sintaxe e semântica, que evidentemente é violado pela eventual existência, na proposição, de constituintes não articulados na estrutura sintática, qualquer que ela seja, da sentença relativa.

A ideia que o significado seja condicionado por traços, sintáticos ou semânticos, invariantes com relação aos contextos de uso e que, a partir deles, a composicionalidade se realize através da execução de regras de cálculo aplicadas de maneira sequencial e hierárquica, deveria explicar fenômenos como a produtividade da linguagem e o aprendizado da mesma por parte das crianças e evitar de fazer da comunicação linguística ‘um milagre’. Contudo, a proposta dos minimalistas, por mais motivada e *appealing* que possa ser, parece muito difícil de ser defendida e a ideia de que exista uma ‘proposição mínima’, ‘pedra angular de nossas práticas comunicativas’, encontra muito mais críticos que simpatizantes.

Begby mostra como é segundo essa teoria, e não aquela adversária, que a comunicação pareceria um milagre, particularmente entre falantes de idiomas diferentes. Mas até em casos comuns de comunicação entre falantes da mesma língua, apelar para o conceito de proposição mínima para explicá-los parece no mínimo bizarro. Se no próximo final de semana o Sérgio me dirá, por telefone, “O Imperador está de volta”, a informação que depreenderei será, dados nosso *common ground* e meu conhecimento do amor do Sérgio pelo time de futebol mais popular do estado de São Paulo e pela intervenção de mecanismos pragmáticos pós-

composicionais, a de que o jogador de futebol Adriano estará presente em campo no próximo jogo do Corinthians.^{xx}

Poder-se-ia dizer que tudo isso foi desencadeado *gramaticalmente* pela proposição *que o Imperador está de volta?* É esse o ‘conteúdo mínimo’ que todos (aqueles que entendem a língua portuguesa) conseguem captar? Mas a proposição mínima deveria ser o produto da composição de unidades significativas unívocas, ‘átomos de significado’ (convencional) contextualmente independentes. Qual deveria ser, então, nesse caso? Talvez aquela segundo a qual o Brasil é novamente governado por um imperador e, portanto, deixou de ser uma república? Eu também entendi isso mas implicitamente (explicitamente com certeza não) percebi a inadequação dessa informação e mecanismos pragmáticos sub-pessoais levaram-me àquela sobre um jogador de futebol?

Exemplos desse teor foram propostos por Recanati (cf. Traina 2011) e parecem, juntamente com os argumentos de Begby, fatais para o já pouco plausível conceito de proposição mínima.^{xxi} A resposta de Stanley, porém, por mais que seja motivada e por mais que testes sintáticos independentes pareçam suportar o *indexicalismo*, não deixa de apresentar-se como solução *ad hoc*. Se os constituintes inarticulados de Perry deixam a porta aberta para incursões da metafísica nas teorias acerca do funcionamento da linguagem, ademais, como acusam Cappelen e Lepore - cuja proposição mínima, por outro lado, não deixa por sua vez de ter a aparência de um conceito metafísico -, os índices de Stanley (e outros) assemelham-se a uma transposição formal da mesma ideia. Pior, o aparecimento explícito de um índice referente a um lugar na forma lógica da sentença, quando não há nada que lhe corresponda na estrutura superficial da mesma, parece tão inesperado e ‘providencial’ quanto um *Deus ex machina*, menos plausível do que pensar que, ao invés, após a composição do significado das partes da sentença, outros ‘ingredientes’ necessários para a determinação do valor de verdade de “Está chovendo” possam ser buscados alhures, como propõe Perry.

Enfim, como mostra a literatura, o debate ainda está aberto e não há uma análise universalmente aceita para aquilo que aconteceu quando o filho menor de John Perry disse “Está chovendo” para o pai dele, aquele dia em Palo Alto. Considerando o que está em jogo, provavelmente isso nunca acontecerá, mas prosseguir no debate, relativamente a esse exemplo de Perry e não só, nos ajudará em nossa tentativa de compreensão acerca de nossa experiência de produzir e compreender linguagem, bem como do que fazemos quando fazemos análise dos conceitos, o que constitui uma tarefa incontornável para a filosofia.

ⁱ A motivação de Perry para a postulação dos constituintes inarticulados no artigo citado, segundo Jason Stanley (cf. 2007, 51, nota 27), é argumentar que cada um de nós é um constituinte inarticulado de nossos próprios pensamentos, no nível do ‘tipo mais básico de autoconhecimento’.

ⁱⁱ A ideia é que os constituintes inarticulados ganham seu papel na interpretação da sentença através do papel que desempenham nos pensamentos que tal sentença expressa e faz surgir, mais do que serem designados por componentes de tais pensamentos.

ⁱⁱⁱ John Perry é conhecido por ter desenvolvido, juntamente com Jon Barwise, a chamada *semântica das situações*, durante os anos 80. Ela procura entender enunciados linguísticos em termos da informação veiculada.

^{iv} Perry fala de ‘uso do contexto pós-significado mas pré-conteúdo’ (cf. 2001, 46). Veja-se, também, Borg 2005, p. 240.

^v O próprio Perry, por exemplo, apesar de ser considerado um contextualista pelos outros autores, vê a própria posição como uma forma ‘mais pura’ de minimalismo – e de contextualismo moderado ao mesmo tempo (cf. Korta e Perry, s.d.).

^{vi} A tese segundo a qual o significado linguístico dos enunciados é subdeterminado com respeito ao valor contextual dos mesmos é chamada por Kent Bach de *Contextual Platitude*.

^{vii} Um motivo pelo qual Perry não se preocupa em ‘salvar’ o princípio de composicionalidade fregeano, talvez se possa especular, é que ele considera, *contra* Frege (e outros), que uma proposição não corresponde àquilo que é apreendido pelo pensamento, mas é um objeto abstrato, uma ferramenta para classificar estados intencionais e cognitivos.

^{viii} Cappelen e Lepore endossam a lista de expressões que Kaplan chama de *indexicais* no clássico texto “Demonstratives”, de 1989 (cf. 2005a, 1).

^{ix} “É uma verdade necessária acerca da chuva que ela aconteça em um lugar em um determinado tempo. Verdades necessárias desse tipo devem, de alguma maneira, estar codificadas nas proposições expressas por um proferimento de [“Está chovendo”].” (Cappelen e Lepore 2007, 200, tradução nossa)

^x Com um argumento diferente, mas equivalente, Emma Borg réplica à tese de Perry dizendo que, mesmo admitindo que sem fazer referência a um lugar é impossível determinar se a sentença “Está chovendo” é verdadeira ou falsa, esse fato não preocupa o semanticista. Aquilo que interessa para entender uma sentença, com efeito, é que ela seja dotada de condições de verdade, isto é, que a verdade da mesma seja (em princípio) avaliável. Isso é tarefa da semântica. Saber, ao invés, se tais condições são satisfeitas ou não em uma determinada situação de proferimento é uma questão não-semântica. E, de fato, segundo ela, nunca temos sentenças que, literalmente interpretadas, não sejam dotadas de condições de verdade avaliáveis, mesmo que as condições de verdade que uma teoria semântica formal fornece sejam ‘liberais’ (cf. Borg 2005, 244-246).

^{xi} A proposição obtida *descitacionalmente*.

^{xii} “Julgamentos acerca daquilo que é dito pouco ajudam na determinação daquilo que a sentença expressa literalmente.” (Borg 2005, 243, tradução nossa)

^{xiii} Segundo Emma Borg, também, a postulação dos constituintes inarticulados é o resultado de uma perspectiva demasiado ambiciosa para com a semântica, a saber, de que ela deveria dar conta dos fenômenos linguísticos ‘de baixo nível’, como o significado lexical, e, ao mesmo tempo, explicar os aspectos cognitivos do ato de comunicação. Limitando tais ambições, ao invés, a suposta necessidade desses elementos ‘ocultos’ desaparece (cf. Borg 2005, 237-238).

^{xiv} Para uma crítica a esse argumento de Cappelen e Lepore, veja-se, por exemplo, o artigo “A Little Sensitivity Goes a Long Way”, de Kenneth Taylor. A própria Emma Borg considera esse argumento falho porque a diferença entre contextualismo radical e moderado não reside no número de expressões sensíveis ao contexto, mas no tipo de mecanismos envolvidos e de dependência contextual postulada (cf. Bianchi, s.d., 5-6).

^{xv} Porque expressões supostamente sensíveis ao contexto não superam testes de sensibilidade contextual legítimos.

^{xvi} Já Stanley parece considerar que o mecanismo pragmático do qual os minimalistas se utilizam é aquele da *implicatura* (cf. 2007, 10), isto é, chegaria-se à proposição ‘efetiva’ através de uma inferência pós-composicional, uma vez percebida a inadequação da proposição mínima como contribuição ao diálogo corrente; mas determinar isso não modificaria a posição dos defensores dessa posição e certamente não parece interessar aos minimalistas.

^{xvii} Parece que as etapas e os mecanismos que levam do ato de enunciação de uma sentença até sua compreensão, por parte de quem escuta, são os mesmos tanto na reconstrução de Emma Borg quanto na descrição de Kent Bach. A única diferença, *que faz toda a diferença*, residiria na avaliação daquela que Borg chama de proposição mínima (semântica). Segundo Bach, muitas vezes se trata de um ‘radical proposicional’, não avaliável. “Isso pode afetar a ideia *naïve* de que o produto de uma teoria semântica para a linguagem seja uma especificação (recursiva) das condições de verdade para todas suas sentenças (declarativas), mas não afeta a composicionalidade semântica” (Bach 2004, tradução nossa). Já para Borg, ao invés, uma avaliação (das condições de verdade) é sempre possível e pode-se legitimamente falar de *proposição* (semântica). Esse parece ser o ponto do minimalismo, que deveria servir para dar conta da viabilidade da comunicação linguística – a proposição *mínima* como conteúdo ‘mínimo’ que todos conseguem ‘capturar’ quando alguém profere uma sentença – e até dos

‘desentendimentos’ que às vezes acontecem, como quando alguém não percebe o uso irônico de uma frase e entende algo diferente com respeito às intenções do falante. Segundo Cappelen e Lepore, e Emma Borg diz algo parecido (cf. Begby, 6), a proposição obtida ‘descitacionalmente’ (a proposição mínima) constitui “a pedra angular de nossas práticas comunicativas” e “a característica mais fundamental da comunicação linguística” (cf. 2005, 97 e 91, tradução nossa). A descitação, ademais, fornece ‘acesso cognitivo direto’ a esse conteúdo semântico mínimo – sempre acessível, portanto (cf. Begby, 7, citando Cappelen & Lepore e Borg).

^{xviii} Contra possíveis acusações de ter fornecido uma solução *ad hoc* para a discussão em questão, vale acrescentar que, segundo Stanley, tal índice pode ser ‘detectado’ por testes sintáticos independentes.

^{xix} Isso também no caso de adjetivos vagos, naquele em que se opera uma restrição do domínio de quantificação e nos adjetivos relacionais. Em todos os exemplos, conclui Stanley, o constituinte fonológica e morfologicamente não expresso é articulado como variável oculta que, em um caso, é vinculada pelo quantificador e, no outro, é livre e interpretada contextualmente.

^{xx} Esse trabalho foi escrito no final de 2011, vale lembrar.

^{xxi} Ao que parece, em boa parte das frases usadas na linguagem natural até termos dotados de significado codificado em um dicionário se comportam como se fossem ‘variáveis livres’, a serem instanciadas contextualmente. É o caso que acabamos de ver, do termo *imperador*. Frente a isso, o minimalismo deveria talvez recuar até à posição radical segundo a qual a proposição mínima é de fato aquela obtida descitacionalmente e nada mais, assim qualquer um que escutasse a frase do Sérgio entenderia *que o Imperador está de volta*. Enquanto minha interpretação dela diz respeito ao futebol, com efeito, se escutada por um morador da atual cidade de Aachen depois do Natal do ano 800, seria interpretada como “Carlos Magno está de volta ao palácio depois da coroação em Roma”, pelo morador de uma cidade costeira da Patagônia como a informação de que novamente pinguins imperadores forma avistados na praia local, etc. Somente com esse ‘recurso’, provavelmente, poderia-se evitar de reconhecer que o conteúdo semântico é, afinal das contas, função das intenções comunicativas do falante, como ao invés sugere Recanati. Mas, dessa maneira, a proposição mínima se apresentaria de fato como um objeto totalmente abstrato e desprovido de significado ‘efetivo’. *Imperador* significaria imperador e a frase “O imperador está de volta” seria verdadeira se o imperador estivesse de volta e falsa se o imperador não estivesse de volta, qualquer coisa que isso quisesse dizer. Mas semântica é só isso? Nada impede de considerar que é assim, mas isso só reforçaria a crítica de Stanley de que a semântica seria reduzida a um mero acessório da pragmática e que todo o trabalho interpretativo seria desenvolvido por essa última.

Referências

BACH, Kent. Minding the Gap. In: BIANCHI, C. (ed.), *The Semantics/ Pragmatics Distinction*. CSLI Publications, 2004, p. 27-43.

BEGBY, Endre. Semantic Minimalism and the “Miracle of Communication”. <http://endrebegby.synthasite.com/resources/Begby%20--%20Semantic%20Minimalism%20and%20the%20Miracle%20of%20Communication.pdf>.

BIANCHI, Claudia. Pragmatica, V. 1.0, in L. Floridi (a c. di), *Linee di Ricerca*, SWIF, 2005, p. 552-592. Sito Web Italiano per la Filosofia – ISSN 1126-4780 – www.swif.it/biblioteca.lr.

_____. Minimalismo, Contestualismo, Relativismo. http://www.univr.it/upload/file/BISCIONI/Bianchi_relativismo.pdf.

BORG, Emma. Saying What You Mean: Unarticulated Constituents And Communication. In: ELUGARDO R., STANTON R. J. (eds.), *Ellipsis And Nonsentential Speech*. Springer, 2005, p. 237-262.

CAPPELEN, Herman; LEPORE, Ernie. The Myth of Unarticulated Constituents. In: O'ROURKE M., WASHINGTON C. (eds.), *Situating Semantics. Essays on the Philosophy of John Perry*. MIT Press, 2007, p. 199-214.

_____. *Insensitive Semantics. A Defence of Semantic Minimalism and Speech Act Pluralism*. Blackwell Publishing Ltd, 2005a.

_____. A Tall Tale: In Defense of Semantic Minimalism and Speech Act Pluralism. In: PREYER G., PETER G. (eds.), *Contextualism in Philosophy – Knowledge, Meaning and Truth*. Oxford: Clarendon Press, 2005b, p. 197-220.

DELOGU, Francesca. Recensione: Claudia Bianchi, *The Semantics/Pragmatics Distinction*, 2004, in *2R – Rivista di Recensioni Filosofiche*, v. 4, 2007, p. 94-107. Sito Web Italiano per la Filosofia –www.swif.uniba.it/lei/2r.

GARIAZZO, Matías. Minimalism and Speakers' Intuitions. *Ideas y Valores*, Bogotá, v. LX, n. 146, p. 97-110, ago. 2011.

PERRY, John; BLACKBURN, Simon. Thought Without Representation. *Proceedings of the Aristotelian Society, Supplementary Volumes, Vol. 60 (1986)*, s.l., p.137-151+153-166.

PERRY, John; KORTA, Kepa. Radical Minimalism, Moderate Contextualism. <http://www.sc.ehu.es/ylwkocak/papers/radicalmin.pdf>.

PERRY, John. *Reference and Reflexivity*. CSLI Publications, 2001.

STANLEY, Jason. *Language in Context*. Oxford: Clarendon Press, 2007.

TRAINA, Francesca. Senso, contenuto e dimensione contestuale. *Esercizi Filosofici*, v. 6, 2011, p. 232-250. <http://www2.units.it/eserfilo/art611/traina611.pdf>.